



PAINEL DE DISCUSSÃO: A CONCERTAÇÃO ENTRE DIPLOMACIA, COOPERAÇÃO E NEGÓCIOS

Francisco Mantero

As duas realidades essenciais que motivam o desenvolvimento são o Investimento Directo Estrangeiro – IDE - (no plano dos Negócios) e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento – APD - (no plano da Cooperação).

Em 2004 o volume total de APD foi de 79,5 biliões de dólares. Em 2005 passou para 97,5 biliões de dólares. Em termos de IDE nos Países em Desenvolvimento (PED), em 2004 os dados da UNCTAD revelam que acorreram recursos financeiros de investimento de 165 biliões de dólares para os PED (à escala mundial), em 2005 julga-se que o número estará perto dos 200 biliões de dólares – em qualquer dos casos os valores representam taxas de crescimento na ordem dos 15%.

A APD é menos de metade do IDE, há um papel altamente relevante para o Desenvolvimento e para o sucesso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) do lado dos capitais privados. Apesar deste volume de recursos, o Banco Mundial estima que para que os ODM sejam cumpridos no prazo estabelecido pelas Nações Unidas, seja necessário mais 100 biliões de dólares anualmente, além dos recursos actualmente disponíveis. Estima-se também que 50% desses recursos adicionais podem ser obtidos através do aumento da APD. Isto significa que as agências internacionais esperam que sejam os actores privados a acorrer a estas necessidades.

O que me parece mais interessante é que no quadro da priorização das acções de ajuda externa a Angola e Moçambique, nos primeiros 5 ou 6 lugares estão questões relacionadas com o capital humano. Há uma relação directa extremamente importante entre o capital financeiro necessário para o Desenvolvimento (ODM) e o capital humano. Este aspecto pode ser ligado com a expectativa que existe em Angola e Moçambique relativamente à participação de Portugal nos seus processos de desenvolvimento. Quer do lado da APD quer do lado do IDE, deve haver uma acção muito forte sobre a melhoria da capacitação do capital humano.

O que por sua vez se liga com a *accountability* da ajuda. Convém que seja esta deve ser o mais transparente e o mais responsável possível. Se não funciona é preciso perceber porquê e responsabilizar as pessoas, de países beneficiários e de países doadores (muitas vezes os grandes bloqueamentos estão do lado dos países doadores, cuja burocracia torna a eficácia da ajuda muito aquém das expectativas).

Em relação às vantagens comparativas, o último lugar da influência da diplomacia é compreensível. O seu papel é extremamente importante, mas não deve ser sobre-avaliada relativamente aos objectivos que as empresas e agentes do desenvolvimento queiram obter.